

ENTREVISTA

Estado genocida

A socióloga Lajara Janaina Lopes Correa, militante do Movimento Negro Unificado, afirma que o extermínio da juventude negra perpassa a história do Brasil

Roberto Claro



“O único critério para ser enquadrado pela ótica policial como criminoso é a cor da pele.”

A socióloga Lajara Janaina Lopes Correa, formada em Ciências Sociais, mestre em Educação pela PUC-Campinas, afirma que não somente os direitos sociais são negados à população negra, mas também os direitos civis. “A cidadania, em si, é comprometida.” Nascida em São Paulo, iniciou a sua militância no movimento negro no Festival Comunitário Negro Zumbi (Feconezu), depois participou do movimento hip hop e do movimento de

Sinergia CUT - Quando e onde começa o genocídio da juventude negra no Brasil?

Lajara Janaina Lopes Correa - Para mim, quando os jovens, de diversas partes do continente africano, tiveram suas vidas em suas comunidades interrompidas, pois foram sequestrados, seus corpos comercializados e trazidos à força para o Brasil é que começa o genocídio da juventude negra no Brasil. Da Colônia, passando pelo Império e chegando à República, se tem algo que perpassa a história do Brasil é a barbárie contra a juventude negra.

O que mudou do fim da escravidão para cá? Aliás, Campinas foi a última cidade a abolir a escravidão no País e, sem contar, que muitos consideram a abolição uma falsa liberdade, já que a condição de vida dos antigos escravos continuou precária. Essa postergação da liberdade tem hoje algum peso sócio-cultural para a população negra residente no município?

A escravidão foi um crime que lesou a humanidade, da abolição aos dias atuais tivemos pouquíssimas conquistas. Após a abolição, que pôs fim à propriedade de um homem sobre outro homem, não houve qualquer ação para mitigar os efeitos maléficos dela sobre a população negra. Apesar do fim da escravidão, continuamos excluídos de qualquer direito social, sem acesso à educação, emprego e moradia. As primeiras iniciativas do Estado brasileiro para reduzir a desigualdade social começaram a ser tomadas somente há poucos anos, e de uma forma tímida e insuficiente. Vivemos em um país “democrático”, mas sem acesso aos principais direitos sociais.

Recentemente, Campinas voltou a ser destaque nacional com uma ordem do capitão PM Ubiratan de Carvalho Góes Beneducci determi-

nando a abordagem focada em “indivíduos da cor parda e negra com idade aparentemente de 18 a 25 anos” no bairro Taquaral. Como analisa esse fato em pleno século 21?

Eu analiso este fato como racismo institucional (mecanismo estrutural que garante a exclusão de negros, indígenas e ciganos) que contribui para a falência do sistema de segurança e justiça, no que se refere à população negra. É muito importante refletirmos sobre isso, pois essa ação colocou todos os jovens negros como suspeitos. O único critério para ser enquadrado pela ótica policial como criminoso é a cor da pele. Existe uma grande quantidade de pressupostos nessa ação, que podemos explorar, mas vou explorar apenas uma. Na cidade de Campinas, ser negro e andar em um bairro de classe média é ser suspeito de cometer algum crime. E bem sabemos o quanto violenta são as abordagens policiais, tomar o famoso “esculacho” é de praxe. Se um jovem negro quer circular pela cidade e é barrado nos bairros de classe média, o que é isso senão um Apartheid urbano! Vão querer os policiais que nos identifiquemos para circular pela cidade?

O Mapa da Violência 2013, do Centro Brasileiro de Estudos Latino Americano (Cebela), apontou que o número de homicídios de pessoas brancas diminuiu e o de pessoas negras aumentou entre 2002 e 2010 no Brasil. E o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançou, em outubro, um estudo que revela que a expectativa do negro é bem inferior ao do branco. Para você, isso se deve a quê?

A questão anterior permite comprovar por meio de documentos “oficiais” a violência exercida de forma prioritária contra a juventude negra. Isto nos ajuda a entender qual a razão para que a expectativa de vida do jovem negro seja bem menor em relação ao branco, porque o alvo preferencial do genocídio são os jovens negros. Os jovens pobres e negros ficam mais expostos por conta do racismo.

Como tentar resolver essa “carnificina” crescente? Levar políticas públicas para os territórios de vulnerabilidade ajudaria?

Ajudaria e muito. Mas a equação é bem mais complexa! Primeiro, acredito que precisamos incentivar a educação para o respeito à questão racial com objetivo de criar uma cultura de não violência. Defendemos a extinção e desmilitarização das PMs no Brasil e a sua transformação em uma Polícia Civil. Também defendemos controle público das polícias e indenização pelo Estado das vítimas da brutalidade e arbitrariedades de policiais.

Aponta o estudo do Mapa da Violência 2013: a partir “do esquecimento e da omissão passe, de forma fácil, à condenação, o que representa só um pequeno passo para a repressão e punição”. Você concorda e por que?

Concordo com estudo realizado, há omissão da sociedade e do Estado brasileiro. Não são somente os direitos sociais que são negados à população negra, mas também os direitos civis. A cidadania, em si, é comprometida. Quando discutimos a questão da

violência, constatamos que o Estado brasileiro atua de forma inversa, ou seja, ao invés de garantir segurança, é agente da opressão. São muitas contradições e ambiguidades, ao tentar corrigir a violência, muitas vezes o que ocorre é agravar a violência, por exemplo, aplicação das penas que ultrapassem os atos cometidos, onde os que estão em julgamento são os já excluídos socialmente. Precisamos denunciar esta guerra não declarada.

Esse genocídio, ao pé da letra, é extermínio ou a desintegração da população negra, mas, ao não dar oportunidades de saúde, de educação e de emprego, o Estado e a sociedade cometem genocídio? Quero dizer que a matança pode não partir de uma arma, mas da falta de oportunidades, muitas vezes velada.

Sim. Quando o Estado não garante os direitos sociais básicos, como educação, saúde, habitação, emprego, ele comete genocídio. A palavra correta é Genocídio, não tem outra palavra que contemple essa situação deplorável. Um Estado que não garante a vida, a dignidade de um povo viola os direitos humanos. A matança vem de um Estado Genocida.

Qual é o resultado da sua tese sobre a inclusão do negro na educação? E como melhorar?

Na minha dissertação de mestrado, abordei a trajetória de jovens pertencentes aos grupos populares que ingressaram em universidades prestigiadas. Constatei que não temos obtido êxito quanto à democratização do acesso de estudantes de escolas públicas aos bancos de universidades estaduais paulistas. Apesar dos mecanismos postos em funcionamento para alterar este problema (sistema de cotas ou programa de ação afirmativa sem cotas, como da Unicamp) deparamo-nos, ao longo dos anos, com uma estagnação, e em alguns casos, como na Unesp, uma redução no número de estudantes de escola pública que ingressam nas universidades públicas paulistas. Sendo assim, o ingresso de nossos jovens em universidades prestigiadas pode ser qualificado como exemplo de trajetórias improváveis.

Por fim, gostaria de saber como avalia o Dia da Consciência Negra?

O dia da Consciência Negra é fruto da luta do movimento negro brasileiro. Eu avalio como uma data de reflexão sobre as relações raciais. Para nós do movimento negro, ela não é apenas um feriado em que não trabalhamos, é um momento para lembrarmos o sofrimento dos nossos antepassados, suas lutas e conquistas. É também um momento para refletirmos sobre os desafios, e muitos, que temos ainda hoje. Vou dar um exemplo de uma conquista do movimento negro, mas que precisamos de muita luta para que seja efetivada. A Lei 10.639/03 e 11.645/08, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, propõe a inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira dos negros e dos povos indígenas no currículo escolar nos ensinos fundamental e médio. Só que a escola privilegia apenas datas comemorativas: um currículo turístico. Nossa luta é pela inclusão e valorização dos povos negros e indígenas no cotidiano da escola.

Fatos marcantes

Dilma envia ao Congresso projeto que cria cotas raciais para concursos públicos

A presidenta Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso, em 5 de novembro, durante a abertura da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, projeto de lei, em caráter de urgência, que destina 20% das vagas em concursos públicos federais para negros. Segundo ela, a medida terá um imenso potencial transformador, que deve servir de exemplo, inclusive, para outras unidades da federação e demais poderes.

Dilma ainda afirmou que a existência de um ministério, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que coloca como objetivo a questão do racismo e o combate às desigualdades raciais, é essencial. A presidenta, durante a cerimônia, também assinou decreto que institucionaliza a política do Estatuto da Igualdade Racial, com o compartilhamento de responsabilidades, e que, segundo ela, vai estar baseado na participação da sociedade civil e na gestão democrática.

Ela também anunciou a criação, no Ministério da Saúde, de uma instância específica para dar atenção à população negra. E afirmou que as comunidades quilombolas e os distritos indígenas terão prioridade na distribuição de profissionais da próxima etapa do Programa Mais Médicos. A presidenta ainda disse que o governo federal dará todo respaldo para o Plano Juventude Viva, combatendo o que vem sendo classificado de genocídio da juventude negra.

População foi às ruas contra ordem da PM de abordar negros em bairro de Campinas

Com a palavra de ordem "sou negro, sou suspeito", diversas entidades dos movimentos negro e popular realizaram um ato, em 17 de fevereiro deste ano, em Campinas, para protestar contra uma Ordem de Serviço (OS) da 2ª Companhia da Polícia Militar, orientando que nas ações de patrulhamento na região do Taquaral fosse focada a abordagem "especialmente em indivíduos de cor parda e negra, com idade entre 18 e 25 anos em grupos de 3 a 5 indivíduos". A OS foi feita sob a justificativa de combater o roubo de residências naquela área.

MPE foi acionado para apurar denúncia contra o site viciadosonline.net por racismo

O site Viciados On Line (.net) foi denunciado ao Ministério Público do Estado (MPE) por veiculação de uma montagem fotográfica racista em que aparece um espeto de crianças negras em um prato de farofa, denominado "espreitinhos". A representação para apuração de crime de racismo, assinada pelo vereador Carlão do PT, pela Secretaria Municipal de Combate ao Racismo do PT Campinas e pelo Grupo Força da Raça, foi protocolada no MPE de Campinas, no dia 11 de outubro deste ano. A denúncia é uma ação da campanha *É Racismo! Não é Um Mal Entendido!*, lançada em março deste ano.

Mercado de trabalho

Ainda desigual, mas com avanços

Nos últimos dez anos, negros experimentaram uma melhora nas taxas de emprego e de renda, diz estudo de campo com base também em dados do IPEA e do IBGE

Na última década, negros brasileiros experimentaram uma melhora nas taxas de emprego e de renda. Isso é o que revela um estudo sobre empreendedores negros que foi divulgado pela mídia impressa e nas redes sociais da internet no final do primeiro semestre deste ano. O levantamento foi feito pelo economista Marcelo Paixão, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser). Além da pesquisa de campo, Paixão levou em conta dados de importantes órgãos, como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Segundo o estudo, aumentou a participação de negros entre os empregadores, a categoria mais bem paga do mercado de trabalho: em 2003, representavam 22,84% do total de empregadores; em 2013, já são 30,19%.

É bem verdade que, quando estão em postos de comando, os negros estão predominantemente em atividades de mais baixo rendimento, sobretudo, no comércio e serviços em geral, como cabeleireiros, donos de armarinhos, designers e trabalhadores da construção civil, onde a presença deles é maioria. Entre as mulheres negras, grupo com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o desemprego caiu de 18,2% para 7,7%.

Segundo dados do IBGE, a melhora na economia propiciou a ascensão profissional. Com renda maior, o negro que trabalhava por conta própria pôde incrementar seu negócio e passar a contratar um funcionário, tornando-se um empregador. Com isso, o mercado de trabalho está menos desigual em 2013 que há uma década.

As desvantagens de empregadores

negros passam pela questão financeira: com menos capital que os brancos, eles costumam ter negócios no setor de serviços, em que os investimentos são mais baixos. Mas a análise dos últimos dez anos mostra que a renda de empregadores negros subiu 42,59%, enquanto a dos empregadores brancos, 20,46%.

Enquanto em 2003, um empregador negro recebia o equivalente a 49,37% do rendimento de um empregador branco, atualmente, ele ganha 58,43%. De acordo com Paixão, a redução dessas assimetrias no mercado de trabalho são explicadas, em parte, pela valorização do salário mínimo e de programas de transferência de renda.

Segundo o economista, o rendimento de pretos e pardos, proporcionalmente, elevou-se mais que o dos brancos no mesmo intervalo, e tal cenário pode ter contribuído para esse movimento. O mesmo pode-se dizer da escolaridade

de média. Por outro lado, observa Paixão, não se deve descartar por inteiro o fenômeno do crescimento relativo de pretos e pardos no conjunto da população, o que também inclui o grupo dos empregadores.

De acordo com informações divulgadas pelo IPEA, o aumento da escolaridade é o fator fundamental para que negros obtenham um posto de comando. Embora o lucro de empreendedores sem instrução tenha sido 74,9% menor que o de pessoas com 11 anos ou mais de estudo, entre 2003 e 2013, o rendimento deles subiu 29,7% no período. O Instituto avalia ainda que, contribuíram para a ascensão de negros no mercado de trabalho o maior orgulho da raça, que se traduziu em mais pessoas se autodeclarando negras nas novas gerações.

O mercado de trabalho continua movimentando a redução da desigualdade, conclui o economista.

De office boy a técnico administrativo-financeiro no Sinergia CUT

Formado em Administração de Empresas pelo IPEP e com especialização em Economia Financeira pela Unicamp, o técnico administrativo e financeiro Alex Vasconcelos da Silva, de 28 anos, trabalhador do Sinergia CUT, afirma que as dificuldades que o negro enfrenta para ascender ao mercado de trabalho é reflexo da precariedade da Educação Básica onde, historicamente os negros frequentam escolas de pior qualidade. Seu primeiro emprego foi como office boy no Sinergia CUT, quando ainda era da Associação de Educação do Homem de Amanhã (AEDHA - Guardinha). Foi contratado pelo Sindicato como auxiliar de serviços gerais. Buscou qualificação até chegar ao cargo atual. "É notória a importância dos estudos para a melhor inserção e remuneração no mercado de trabalho, mas, mesmo para igual nível de escolarização, as desigualdades por cor e por sexo persistem."



Para refletir...

Respeitem meus cabelos, brancos*

**Respeitem meus cabelos, brancos
Chegou a hora de falar
Vamos ser francos
Pois quando um preto fala
O branco cala ou deixa a sala
Com veludo nos tamancos**

**Cabelo veio da África
Junto com meus santos**

**Benguelas, zulus, gêges
Rebolos, bundos, bantos
Batuques, toques, mandingas
Danças, tranças, cantos
Respeitem meus cabelos, brancos**

**Se eu quero pixaim, deixa
Se eu quero enrolar, deixa
Se eu quero colorir, deixa
Se eu quero assanhar, deixa
Deixa, deixa a madeixa balançar**

*Chico César é cantor, compositor, escritor e jornalista brasileiro



Foto: Internet

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.

Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas, SP - CEP: 13015-082. **Fones:** Campinas (19)3739-4600 / 0800-171611; São Paulo (11) 5571-6175; **SindGasista** (11) 3313-5299; Bauru (14)3234-8445; Ilha Solteira (18)3742-2828; **Presidente Prudente** (18) 3903-5035; **Ribeirão Preto** (16)3626-8676; Rio Claro (19)3524-3712; **Baixada Santista** (13)3222-6466; **São José do R.Preto** (17) 3215-1188 ; **Vale do Paraíba** (12)3622-4245; **SindLitoral** (13)3422-1940; **SindPrudente** (18)3222-1986; **SindLuz Araraquara** (16) 3332-2074

Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato

Redação e diagramação: Débora Piloni (MTb 25172), Elias Aredes Jr. (MTb 26850), Lílian Parise (MTb 13522) e Nice Bulhões (MTb/MS 74)

Fotografia: Roberto Claro **Ilustração:** Ubiratan Dantas

E-mail: imprensa@sinergiaspcut.org.br **Tiragem:** 9.300 exemplares

EXPEDIENTE

SINERGIA
Sindicato dos Trabalhadores
Energéticos do Estado de São Paulo

Diploma Zumbi dos Palmares

Adilson, o pai “adotivo” de 160 atletas

A criança corre atrás da bola. O poeirão sobe no pequeno campo da Associação de Amigos do Jardim Garcia, em Campinas. Os olhos marejados de Adilson Rodrigues, de 66 anos, ex-ponta esquerda da Ponte Preta, observa atentamente meninos e meninas – muito mais o primeiro gênero do que o outro – se lembrando do filho Junior, morto em 4 de agosto deste ano, que completaria 24 anos no último dia 14. Reaprendendo a viver de novo sem um pedaço seu, o filho que o ajudava na escola de futebol do bairro durante o aquecimento da molecada, Adilson agora quer se dedicar ainda mais a esse serviço voluntário. Quer descobrir talentos, futuros jogadores profissionais. Mais do que isso, quer oferecer a esses meninos ao menos a oportunidade de sonhar.

Não é à toa que Adilson é um dos agraciados com o Diploma Zumbi dos Palmares deste ano, concedido pela Câmara de Campinas a pessoas que mais se destacaram na defesa e na integração social dos membros da comunidade negra da cidade, bem como na difusão da cultura afro-brasileira. Ex-funcionário da CPFL, foi uma indicação do Sinergia CUT à Câmara. Nascido em Campinas, é filho de Raul, torneiro mecânico, e de Elza, dona de casa, ambos falecidos. Poderia ter agora os dois irmãos se um deles não tivesse morrido aos 2 anos meio de idade, vítima de câncer. Hoje, conta com o apoio da irmã Doralice, de 64 anos.

Menino que sempre gostou de bola, Adilson começou a trabalhar com 13 anos, na linha de produção de uma indústria de calçado. Pela manhã, estudava e, à tarde, trabalhava. Fez teste e foi aprovado na Ponte Preta, em final de 1963. No ano seguinte, ajudou a equipe

juvenil pontepretana a ser campeã invicta. O esforço de pedir dispensa do trabalho todas às quartas-feiras, de andar cerca de 5 quilômetros a pé para chegar ao campo e mais 5 para voltar e, de não ser remunerado no time resultou no primeiro contrato assinado, em 1965. Seu passe sempre foi da Ponte mesmo



tendo jogado, nos anos 70, no Fluminense, Sport, Operário de Várzea Grande, Inter de Limeira e São Carlos.

Jogou no time responsável pela ascensão da Macaca, como a Ponte Preta é conhecida, à Série A do Campeonato Paulista, em 1969, único título do clube desde 1900, ano de sua fundação. Para ele, além do título, outro momento marcante foi o jogo entre a Ponte e o Santos, no Estádio da Vila Belmiro. Nessa partida, o Rei foi substituído no primeiro tempo do jogo. “Não sabíamos que era o último jogo dele”, lembra Adilson. “Pelé pediu para que o jogador Douglas lhe passasse a bola. Então, pegou-a com as mãos e a beijou. Ajoelhou-se no círculo central, cumprimentou o público dos quatro cantos do campo e deu uma

volta olímpica. Foi algo marcante.”

Um problema no joelho o tirou de campo em 1976. Com o apoio da mulher Mary, 62 anos, com quem casou em 1973 e com quem festejará 40 anos de casado em 22 de dezembro, teve dois filhos: Aline, 38 anos, e Adilson Rodrigues Junior, morto recentemente.

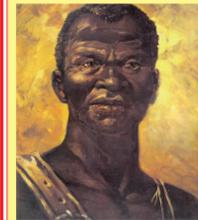
Como havia trabalhado com calçado quando criança, resolveu virar empresário, mas a empreitada não deu certo. Em 1983, começou a trabalhar no CPD da CPFL. Com ajuda da companhia, que oferecia transporte, formou-se em Letras, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ouro Fino (Fafiof). Em 31 de julho de 1997, aposentou-se na CPFL.

Foi um dos responsáveis em montar o time da 3ª idade do Sinergia CUT. Aposentado, pensou, então, em fazer trabalho social. “Fui dar aulas de futebol para crianças na Associação de Moradores do Padre Manoel da Nóbrega”, conta Adilson. Em 2010, passou a atuar na escolinha de futebol da Associação de

Amigos do Jardim Garcia, onde é pai “adotivo” de 160 meninos e meninas, entre 4 e 15 anos, que recebem aulas gratuitas. As lições futebolísticas são às terças-feiras e aos sábados. As exigências para continuar no programa: estar matriculado na escola e estar em dia com as notas escolares. Como Adilson vive repetindo: “Bom de escola, bom de bola.” Por isso, faz reunião com os pais a cada três meses.

Para Adilson, dar essas aulas “não têm preço porque não há como explicar o brilho de felicidade nos olhos” de cada um de seus alunos. Sua mulher Mary diz que o marido corre atrás de chuteiras, uniformes e lanches para a molecada. “Ele é uma pessoa simples, que gosta de ajudar os outros. A vida dele foi o fute-

A honraria



O Diploma de Mérito Zumbi dos Palmares foi instituído em 1995 na Câmara de Campinas, mas diversas outras Casas Legislativas ofere-

cem também a honraria. O Sinergia CUT participará, neste 20 de novembro, da entrega desse Diploma.

A honraria é concedida às pessoas que mais se destacaram na defesa, na integração social dos membros da comunidade negra de Campinas, bem como na difusão da cultura afro-brasileira. Neste ano, um dos homenageados é Adilson Rodrigues, indicado pelo Sindicato.

O Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, lembra o dia em que o líder negro Zumbi dos Palmares foi assassinado em 1695, em Pernambuco, por tropas comandadas pelo bandeirante paulista Domingos Jorge Velho. A vida de Zumbi tornou-se envolta em mitos e discussões.

O quilombo dos Palmares (localizado na atual região de União dos Palmares, Alagoas) era uma comunidade autossustentável. Ele ocupava uma área próxima ao tamanho de Portugal e situava-se onde era o interior da Bahia, hoje estado de Alagoas.

bol e agora é o futebol para esses meninos.” Com a perda do filho, Adilson diz que quer se dedicar ainda mais a causa. “Sinto que posso fazer mais.” Duas promessas para o futebol de base da Ponte Preta podem sair do campinho do seo Adilson. Os meninos farão teste em janeiro próximo. Neste dia, o técnico se tornará torcedor. E a aprovação dos meninos será também a sua vitória, a do menino que sempre sonhou em ser jogador de futebol e conseguiu. Aprova que os sonhos são possíveis.

Racismo institucional estrutura sistema de segurança pública

Para Anselma, pesquisadora e professora, o Estado reforça e reproduz a repressão discriminatória



Para a pesquisadora e professora Anselma Garcia de Sales, de 39 anos, pior que o ato de racismo é não conseguir fazer um boletim de ocorrência em uma delegacia, em Campinas. “Existe um racismo institucional”, afirma. Para denunciar a prática de discriminação que sofreu, em julho de 2009, precisou ir até São Paulo na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi).

“A delegada que me atendeu em Campinas, após eu contar o que tinha acontecido, disse que os judeus também sofrem preconceito, e se dirigiu a mim como se eu não soubesse o que é judeu, ao indagar-me ‘sabe, os judeus?’” No final, a ocorrência não foi feita. Anselma era e ainda é pesquisadora de um programa

de pós-graduação na USP, que se chama Estudos Árabes e Judaicos. “Fui buscar o Estado Democrático de Direito, mas ele agiu de maneira ainda mais nociva, colocando-me em situação de fragilidade e desqualificando minha ação de cidadã. Eu me senti incapaz.”

Na Decradi, Anselma denunciou que foi vítima de discriminação racial, juntamente com suas duas irmãs. Era por volta das 17h de 16 de julho de 2009 quando se dirigiu a uma loja feminina em um shopping campineiro. Ela gostou de um vestido azul, exposto no manequim da vitrine. A vendedora lhe disse que era o único com a sua numeração e lhe sugeriu que experimentasse o mesmo modelo, na sua numeração, mas de cor diferente. Caso vestisse bem, a vendedora poderia tirar o vestido da vitrine.

“Eu aceitei e a peça caiu super bem, e a vendedora foi providenciar a retirada da peça da vitrine”, contou Anselma. Enquanto estava no provador, a gerente perguntou às duas irmãs de Anselma se o vestido era para uma delas. Elas respon-

deram que era para a irmã que estava no provador.

Anselma, então, foi ao encontro da vendedora que disse que eu não poderia mais levar a peça, e a gerente acrescentou que “um cliente japonês” havia comprado o vestido azul da vitrine, embora não houvesse qualquer indicação de que este produto estivesse indisponível para venda. As três saíram da loja, mas continuaram no shopping. Elas verificaram que a roupa continuava exposta na vitrine. Foi quando tiveram a ideia de chamar duas amigas brancas para tentarem comprar o vestido azul.

As duas chegaram ao local às 19h. Foram até a loja e uma delas experimentou o vestido, do mesmo modelo e numeração ao da vitrine, mas de cor diferente, como aconteceu com Anselma. Só que no final, o vestido azul foi retirado da vitrine para que as duas amigas de Anselma pudessem levá-lo. Na hora de pagar, as duas pediram para esperar um pouco porque o cartão para o pagamento estava com uma amiga. “- Nossa!”,

disse a vendedora ao ver Anselma chegar ao local.

Depois de pago, foi perguntado à vendedora porque ela não havia vendido o vestido a Anselma, a gerente então respondeu que a vendedora iria se responsabilizar porque o vestido já estava vendido. Anselma e as amigas saíram da loja e conversaram sobre o ocorrido. Anselma, então, resolveu fazer o boletim, mas a delegacia de Campinas se negou a fazê-lo. Após registrar ocorrência no Decradi, Anselma entrou com ação, mas perdeu em primeira instância, porque no entender do juiz “foi um mero aborrecimento”. Ela está recorrendo da decisão.

Para ela, é preciso melhorar a especificidade do racismo na Lei nº 7.717/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor, incluindo, de alguma maneira, a dimensão simbólica inerente às práticas de discriminação racial à brasileira”, afirma Anselma.

Mês da Consciência Negra

Comemorar conquistas e avaliar desafios

ULTIMAS
CUT
DA

Rosana Aparecida da Silva, Secretária de Combate ao Racismo da CUT/SP, faz avaliação da luta travada nessa última década. Confira o artigo divulgado na edição especial do Jornal da CUT SP neste mês de novembro

Roberto Parizotti/CUT



“ P o r meio das ações afirmativas de combate à discriminação racial, notadamente nos últimos 10 anos, o Brasil tenta resgatar as raízes de

nosso povo e, ao mesmo tempo, induzir transformações culturais, implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários em todos os setores da sociedade. A aprovação da Lei 12.711/12, conhecida como Lei das Cotas, é um marco importante dessa estratégia.

Entre os momentos significativos que completam uma década em 2013, está a criação, pelo governo federal, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em março de 2003. No mesmo ano, em São Paulo, foi realizada a 1ª Marcha da Consciência Negra. O evento se repete desde então, e, neste ano, a Central Única dos Trabalhadores terá uma ala

sob a sua responsabilidade.

CUT pela Equidade Racial

Há 18 anos, o movimento negro brasileiro, em conjunto com as centrais sindicais e organizações do movimento popular, realizou, em Brasília, a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Igualdade e a Vida. A manifestação ocorrida em 1995 - que reuniu 30 mil pessoas - representou um movimento importante da disputa pela superação do racismo no país.

Nesses anos de resistência e enfrentamento, a Central sempre esteve na luta contra a discriminação racial, uma de suas principais bandeiras. A discussão, contudo, continua, pois apesar das muitas conquistas, a população negra ainda encontra barreiras para a ascensão social, desigualdade no mundo do trabalho, deficiências no atendimento à saúde e à educação. É preciso avançar.

O Mês da Consciência Negra simboliza todos esses embates. Mais do que comemoração, este é um momento de reflexão sobre os muitos desafios a serem enfrentados; de buscar inspiração; de renovar as energias; e de dar continuidade à luta pela justiça social para todos/as”.

**BASTA DE GENOCÍDIO!
A JUVENTUDE NEGRA
QUER VIVER!**



**POR IGUALDADE DE
OPORTUNIDADES NO
TRABALHO E NA VIDA**

Agenda

Confira alguns eventos da CUT/SP e do movimento negro referentes ao 20 de Novembro

O Dia da Consciência Negra será lembrado com atividades especiais e culturais durante todo o mês

13 de novembro

- ◆ Audiência Pública em Bauru
10 anos do Conselho da Comunidade Negra
Local: Câmara Municipal de Bauru
Horário: das 14 às 17h

15 de novembro

- ◆ Encontro da Cultura Afro-Brasileira, Festa das Religiões
Local: Sambódromo da cidade de Bauru
Horário: a partir das 15h

16 de novembro

- ◆ Aula Prática: 10 anos do Conselho da Comunidade Negra e da Lei 10639/03 - comemoração reflexiva
Apresentações Musical, Cultural e Religiosa
Local: Praça Rui Barbosa, em Bauru
Horário: Abertura às 10h

17 de novembro

- ◆ Passeio de Maria Fumaça, Exposição e apresentações culturais
Local: Museu Ferroviário de Bauru
Horário: 09h

18 de novembro

- ◆ Em Bauru, tribuna: 10 anos do Conselho da Comunidade Negra, na Câmara Municipal, às 14h
- ◆ Em Presidente Prudente, comemoração do dia 20 de novembro (Lei 5.502/200, na Câmara Municipal, às 19h

20 de novembro

- ◆ Em Bauru, panfletagem no Calçadão, a partir das 9h

- ◆ Em Bauru, Prêmio Zumbi dos Palmares, às 19h, na Câmara Municipal
- ◆ Em Campinas, Marcha Zumbi dos Palmares, concentração às 10h na Estação Cultura Prefeito Antonio da Costa Santos e encerramento no Largo do Rosário
- ◆ Em Campinas, Prêmio Zumbi dos Palmares, às 20h, na Câmara Municipal
- ◆ Em Presidente Prudente, das 11h às 15h, atividades culturais no Calçadão
- ◆ Em Presidente Prudente, apresentação cultural no anfiteatro I, realização Coletivo Mãos Negras/Unesp, às 19h
- ◆ Em Presidente Prudente, missa afro, Paróquia Rainha dos Apóstolos, às 19h
- ◆ Em Presidente Prudente, palestra “Racismo e discriminação”, no Núcleo Religioso Sagrado Coração do Amor Divino, às 19h
- ◆ Em Presidente Prudente, mesa “O Negro na sociedade brasileira, avanços e atuais impasses” no anfiteatro I, realização Coletivo Mãos Negras/Unesp, às 19h30
- ◆ **X Marcha da Consciência Negra**
10 anos de luta por um Brasil sem racismo. Concentração a partir das 12h no vão livre do Masp, em SP

21 de novembro

- ◆ Em Presidente Prudente, café filosófico “O “ser negro”, um debate sobre a construção da identidade enquanto negro na sociedade atual, no anfiteatro I, realização Coletivo Mãos Negras/Unesp

22 de novembro

- ◆ Em Presidente Prudente, gênero e etnia Mulheres Negras pedem a fala, no anfiteatro I, realização Coletivo Mãos Negras/Unesp

23 de novembro

- ◆ CUT Cidadã Consciência Negra
Local: Paço Municipal de Mauá (com serviços gratuitos de cidadania: saúde, beleza, lazer, shows)
Horário: das 9h às 18h
- ◆ Em Presidente Prudente, atividade cultural hip e hop e educação dialogando com alei 10.639/08, no Diretório Acadêmico/Unesp, às 18h
- ◆ Em Presidente Prudente, Kizomba da “Igualdade e pelas Minorias”, no Ginásio da Vila Iti

26 de novembro

- ◆ Em Presidente Prudente, lançamento da Cartilha Formação Para Debater e enfrentar o racismo no trabalho, às 19h30, no Centro Cultural Matarazzo

28 de novembro

- ◆ Encerramento do Mês da Consciência Negra
Às 10h: feira e exposição de livros, mostra de fotografias e pinturas
Às 15h: bate-papo “Samba, identidade e Combate ao Racismo, com Leci Brandão (cantora e deputada estadual), União das Escolas de Samba Paulistanas; Gilson Negão e Maria Helena Brito, do Setorial Sambistas do PT)
Local: sede da CUT/SP: Rua Caetano Pinto, nº 575, Brás, SP.